

Metropolitana

Atualizado em 5/7/2016 16:05:30

Defensoria Pública participa de discussão sobre políticas para indígenas



Na manhã do dia 23 de junho, foi realizada uma reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, que reuniu a Defensoria Pública, órgãos e secretarias do Estado e representações indígenas do Pará. O objetivo do encontro foi à discussão sobre legitimação do registro étnico dos indígenas.

De acordo com a coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, Juliana Oliveira, "é importante a efetivação do registro indígena e a necessidade de reconhecimento da entidade do indígena com toda sua peculiaridade".





Durante o evento, o defensor público Johny Giffoni mostrou o caso dos indígenas Pytáva Tembé e Puyr dos Santos Tembé, como exemplos da dificuldade no reconhecimento do direito a identidade. O defensor comentou ainda a questão do reconhecimento do direito da identidade da alteração do registro, deve ser respeitada a grafia, essa prática é pouco reconhecida nos cartórios.

“Espera-se que seja respeitada pelos cartórios a resolução conjunta número três de 2012, que mostra a árvore genealógica dos indígenas, onde um reconhece o outro. Temos vários casos que a falta do registro civil trouxe problemas para o assistido no sistema carcerário, por não ter como respaldar sua identidade, e em programas como o programa ‘Bolsa Família’, escola, benefício previdenciário em seu registro não vem sua etnia e não tem como comprovar que é indígena” ressalta Johny.



Na reunião estavam presentes o defensor Johny Giffoni, do Núcleo de Defesa do Consumidor, as defensoras Felícia Fiuza e Juliana Oliveira, atual coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.





Representações Indígenas

Pytãwa Tembê teve dificuldades para tirar a segunda via da certidão de nascimento, uma vez que o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) foi queimado na Fundação Nacional do Índio. O rapaz conseguiu emitir outra certidão, entretanto como primeira via e com o nome de Fabiano. Pytãwa questionou sobre a ação, segundo ele o nome não o representa por ser nome de “branco”. “Com muita luta consegui acrescentar meu nome indígena graças ao Defensor Johny Giffoni, que deu o ponta pé inicial. Vamos lutar agora tirar o Fabiano do meu registro, e estou à disposição para contribuir no que puder” afirma.

Puyr dos Santos da etnia Tembê, passou pelo mesmo constrangimento, foi até o cartório e no local registraram o nome da indígena como Jaqueline Puyr dos Santos Tembê. Recentemente, ela procurou a Funai para retirar o nome que o cartório lhe deu, “a nossa identidade é o que nos define como indígena, então não podemos perder nossa essência”

Texto: **Édria Modesto**

Fotos: **ASCOM**